

A atuação geopolítica brasileira no Complexo Regional de Segurança Sul-Americano

Fernando Botafogo de Oliveira¹; Charles Pereira Pennaforte²

¹ Universidade Federal de Pelotas – desertbriton@gmail.com

² Universidade Federal de Pelotas – charlespennaforte@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A Guerra Fria trouxe consigo a formação de diversos Complexos de Segurança Regional no Oriente Médio, África, Ásia e América do Sul. No caso Sul Americano, os Estados existentes e os padrões de relacionamento entre estes, não refletem padrões diretamente ligados à era pós e pré-colonial (BUZAN; WAEVER, 2003). Muitos Estados latino americanos, durante o período da Guerra fria, encontravam-se em situação vulnerável devido às tensões sociais e também por questões de política interna. A delicadeza estatal existia devido à ausência de um governo efetivo, tensões sociais e polarização política.

As grandes mudanças que foram consequências da Guerra Fria no nível interno foram aquelas relacionadas a atores de direita explorarem o medo estadunidense ligado a movimentos de esquerda na região. A polarização doméstica que existiu entre lugares que se tornaram ligados aos padrões da Guerra Fria aumentaram, tornando assuntos como subversão e guerra revolucionárias matérias altamente securitizadas. Isto, por sua vez, fomentou aquilo que seria percebido como ameaça dada a proximidade com os Estados Unidos e suas rusgas com a União Soviética (URSS).

Se isto for associado ao fato do Brasil ter sido um dos pioneiros na América Latina a ter uma Escola de pensamento geopolítico e geoestratégico, dado que estas Escolas e suas teorias foram desenvolvidas durante os supracitados períodos, a atuação brasileira a partir de uma perspectiva provinda das teorias da geopolítica pode ser traçada desde então. Logo, questiona-se: Qual a posição geopolítica que ocupa o Brasil no complexo de segurança latino-americano?

Logo, os objetivos deste trabalho são os de analisar as teorias de geopolítica, bem como suas motivações teóricas, para utilizá-las como quadro teórico primando por explicar através destas o papel que tem o Brasil no Complexo Regional de Segurança Latino Americano.

2. METODOLOGIA

Este trabalho utilizou o método hipotético-dedutivo através de uma análise qualitativa. Na fase de revisão bibliográfica, optou-se fazer um Mapeamento Sistemático de Revisão Bibliográfica ao resumir a hipótese do trabalho em três termos de pesquisa (Complexo Regional de Segurança, Geopolítica Brasileira, Segurança Latino-Americana).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A geopolítica pode ser definida como uma maneira de compreender acontecimentos políticos em uma determinada região a partir de uma perspectiva geográfica que envolve diversos fatores como recursos naturais,



localização no globo terrestre, necessidades nacionais, relações políticas e etc. Contudo, a extensão que essas oportunidades geográficas são exploradas depende da estratégia, em outras palavras, do posicionamento e uso das forças armadas para cumprir com objetivos políticos, fundamentalmente o objeto de estudo do pensamento estratégico. Continuando, os objetivos políticos, por sua vez, são consequências das escolhas feitas por políticos, e são dessas escolhas que a importância política e estratégica é ligada às configurações e localizações geográficas, refletindo a natureza da política como um processo de tomada de decisões.

A relação entre o ambiente geográfico e o processo de tomada de decisão é, por tanto, dinâmico e dependente de níveis mutáveis de transporte e tecnologias de armamento. Esse aspecto dinâmico é um gancho sumariamente importante para a conexão entre teoria geopolítica, geografia e estratégia, pois ilustra a natureza da contínua troca entre o desenrolar da história e as teorias que se desenvolvem a partir desta. É a partir disto que surge a ideia de *geoestratégia*, concebida como uma irmã menor da geopolítica, que forma com ela um elo capaz de explicar de maneira homogênea a seara militar e política, a partir um mesmo método de abordagem de problemas necessariamente conexos ao mundo real (COUTAU-BÉGARIE, 2011). Logo, a geopolítica pode ser definida como uma maneira de compreender acontecimentos políticos em uma determinada região a partir de uma perspectiva geográfica que envolve diversos fatores como recursos naturais, localização no globo terrestre, necessidades nacionais, relações políticas e etc.

Naquilo que cerne a divisão do Brasil em grandes zonas, algo quintessencialmente mackinderiano, ou na ideia de uma projeção naval do país no sentido de promover um papel ativo em seu entorno estratégico marítimo, algo muito próximo das propostas do Almirante Alfred Thayer Mahan. Contudo, estes escritos datam de uma época aonde o entendimento de segurança era um entendimento clássico, ou seja, ameaças eram percebidas como vindas de outros Estados. Com o fim da Guerra Fria e a expansão da agenda de Segurança Internacional, novos temas foram inseridos como parte desta agenda, fazendo com que houvesse a necessidade pela formulação de novas explicações teóricas. Isto é sustentado pela pesquisadora Graciela de Conti Pagliari ao afirmar que

Não é mais possível considerar unicamente o Estado como o agente responsável pelas ameaças e riscos à segurança tanto de outros Estados como dos outros indivíduos. [...] Essa nova configuração das relações de segurança desencadeou um período de reestruturação da agenda de segurança internacional (PAGLIARI, 2009, p. 91).

A pesar de certa dificuldade durante sua transição, o conceito de segurança presente na América Latina passou a ser um de segurança cooperativa ao invés do tradicional conceito de segurança coletiva, assim persuadindo-se da pertinência das normatividades internacionais e das consequências que as criações de ambientes subjetivos baseados em padrões de confiança maiores têm para sua formulação (HERZ, 2010). A ideia de dissuasão, muito comum na lógica da Guerra Fria, gradualmente fora substituída por um enfoque na confiança e em propostas de construção de

ambientes seguros no sentido de primar por uma transparência mútua de informações procedimentais militares (IDEM, 2010).

Isto, por sua vez, permite que não haja a necessidade de constantemente assumir a empreitada de uma corrida armamentista, nuclear ou não, para que a paz seja garantida na região. É relevante afirmar que essa confiança via troca mútua de informações militares, demonstra que a proposta schelling-brodiana de *deterrence* pode ser executada de maneira alternativa, não através da construção de mísseis balísticos intercontinentais (ICBMs), mas sim através de um arranjo menos custoso e eficiente para as partes que isto executam.

Entendidas estas mudanças na agenda de segurança internacional, será utilizada a Teoria do Complexo Regional de Segurança (CRS) para abordar a questão brasileira dentro do CRS da América Latina. Buzan e Waever definem que

O CRS é um conjunto de unidades cujos principais processos de securitização, dessecuritização, ou ambos, são tão interligados que seus problemas de segurança não podem ser razoavelmente analisados ou resolvidos se separados uns dos outros (2003, apud FUCCILE e REZENDE, 2013, p. 79).

Ao lidar com esta definição, devemos atentar ao fato de que uma região é um nível onde os Estados estão próximos o suficiente para que suas questões de segurança não possam ser separadas uma das outras (BUZAN; WEAVER, 2003). Desta forma, a constituição dos CRS advém de uma relação entre a estrutura anárquica e os resultados do seu equilíbrio de poder através das tensões locais de proximidades geográficas. Segundo os teóricos da Escola de Copenhague, o CRS sul-americano é classificado como padrão, permitindo que durante o pós Guerra Fria a região pudesse distanciar-se de extremos ideológicos e empreender em processos de integração (2003, apud FUCCILE e REZENDE, 2013).

Isto permitiu que houvesse uma reaproximação entre Brasil e Argentina, através de uma cooperação econômica que teve como resultado uma considerável guinada em padrões de comércio, tendo como resultados a própria extinção de um programa nuclear antes existente entre ambos os países. Conforme as palavras acima supracitadas, tais atitudes configuram medidas de estabelecimento de segurança com redefinições de atitudes militares, assim, esta plêiade de mudanças políticas criou um ambiente propenso para o nascimento do MERCOSUL, dando a este organismo uma forma de securitização dentro da região latino-americana (BUZAN; WAEVER, 2003).

No tocante daquilo que cerne a questão da segurança relacionada ao MERCOSUL, é conveniente afirmar que a própria regionalização tornou-se um importante fenômeno, isto pois através dela os mecanismos de integração regional conseguem desempenhar um papel que transcende aquele relacionado apenas à questão econômica, e tange a questão da segurança. Hurrel (1998) coloca que há duas explicações teóricas sobre como o regionalismo e seus mecanismos de integração conseguem perpassar a seara econômica. A primeira deriva da corrente liberal ao afirmar que crescentes níveis de interdependência provem a paz, pois afetam os incentivos materiais e pressionam governos a novas formas de cooperação institucionalizada. Assim, promovem uma maior integração social que faz grupos sociais e atores políticos desenvolverem novas concepções de interesses, comunidades e

identidades (IDEM, 1998). A segunda, advinda do construtivismo, afirma que o regionalismo econômico institucionalizado torna-se importante para a segurança porque sustenta e proporciona fenômenos de socialização e enredamento que possibilitam mudanças de identidade, com isto promovendo a alteração de valores dos membros, bem como a lógica de custos e benefícios é utilizada (IDEM, 1998).

Se torna verossímil ver o MERCOSUL de um ângulo que o torna uma conexão entre o regionalismo econômico e a segurança a partir da ideia de inserção de novos membros, já que isto permite que os benefícios do regionalismo sejam levados para áreas potencialmente instáveis e controlando o critério de aceitação para o grupo faz com que seja possível criar estabilidade em áreas antes afetadas por desequilíbrios institucionais e governamentais. Controlando os potenciais novos membros e a criação de um critério específico para a admissão, é possível sujeitar estados à adotarem políticas que criem estabilidade, proteção de direitos humanos, democracia e mudanças na organização militar. O MERCOSUL, por sua vez, mesmo que não disponha em sua constituição e essência de um arranjo na área militar, consegue realizar semelhante efeito ao ter exigir de seus membros e potenciais membros a condição de que sejam uma democracia através da utilização do instrumento da cláusula democrática.

4. CONCLUSÕES

O pensamento geopolítico e geoestratégico brasileiro é suficiente apenas na medida em que a possibilita o país atuar de maneira reduzida em relação a sua região. Dado que muitas teorias geopolíticas são fundamentadas em outros axiomas que provindos de atores globais, o Brasil possui uma tendência de ceder aos interesses destas. Assim perdendo potenciais oportunidades de crescimento e integração regional, além do prestígio e influência no panorama internacional.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUZAN, B; WAEVER, O. **Regions and Powers: The Structure of International Security**. Cambridge, Cambridge University Press, 2003.

COUTAU-BÉGARIE, H. **Traité de stratégie**. Paris, Economica, 2011.

FUCCILLE, A; REZENDE, L. Complexo Regional de Segurança da América do Sul: Uma Nova Perspectiva. **Revista Contexto Internacional**. Rio de Janeiro, Vol. 35, No. 1, pp. 77-104, 2013

HERZ, M. Concepts of Security in South America. **International Peacekeeping**. Reino Unido, Vol. 17, No. 5, pp. 598-612, 2010.

HURREL, A. Security in Latin America. **International Affairs**, Reino Unido, Vol. 75, No. 3, pp. 529-546, 1998.